

1 Negociação de toda a dívida não surpreende

por Milton Coelho da Graça
de Nova York

A intenção do governo brasileiro de iniciar a grande renegociação de toda a sua dívida logo depois de acertada a fase 2, ainda neste ano, surpreendeu poucos banqueiros em Nova York. Quase todas as fontes ouvidas terça-feira por este jornal consideraram "lógica" essa iniciativa brasileira, especialmente depois da vitória eleitoral de Raúl Alfonsín na Argentina e sua proclamada decisão de recolocar a questão da dívida externa do país. No final da tarde, todos os bancos importantes já tinham em mãos as declarações de um dos principais assessores econômicos de Alfonsín, Antônio Troccoli, segundo as quais o novo governo pretende pagar a dívida acumulada pelos governos militares, "mas em época e condições que terão de ser discutidas".

Um banqueiro com acesso direto ao comitê assessor da renegociação da dívida brasileira ponderou, entretanto, que as declarações de Troccoli não eram muito claras e que seria prudente esperar um pouco mais para conhecer as verdadeiras intenções dos radicais. Esse mesmo banqueiro também observou que o mais importante assessor econômico de Alfonsín não é Troccoli, mas sim Bernardo Grinspun.

Vários banqueiros admitiram que a força moral do novo governo argentino, respaldado por grande vitória eleitoral, torna inevitável que os credores se disponham a fazer concessões, inclusive um prazo de carência que permita a restauração do aparelho produtivo argentino, conforme as afirmações de Troccoli. E certamente exigências semelhantes serão feitas pelo governo que emergir das próximas eleições na Venezuela.

(Continua na página 13)

1 Negociação de toda a dívida *externa*

por Milton Coelho da Graça
de Nova York

(Continuação da 1ª página)

Em geral, os banqueiros esperam que a Argentina e a Venezuela se limitem a procurar obter as mesmas condições obtidas pelo Brasil no reescalonamento das dívidas vencíveis em 1983 e 1984. Mas alguns não são tão otimistas e já se prepararam para enfrentar propostas de maior alcance.

Assim, as fontes brasileiras que anunciam também iniciativas desse tipo estão, segundo um dos banqueiros ouvidos, jogando com habilidade, antecipando-se a qualquer acusação de passividade do governo Figueredo diante dos credores. "Negociação — disse um banqueiro muito ligado ao comitê assessor ("advisory committee") dos credores — é, obviamente, um processo de constante reavaliação e reajustamento. A grande mudança que acaba de ocorrer na Argentina não pode ser ignorada. E o Brasil, é claro, não vai esperar um ano pela sua própria eleição para acompanhar as eventuais exigências de Alfonsín. Os próximos meses prometem ser muito interessantes."

É possível também que muitos dos bancos credores coloquem novas reivindicações sobre a mesa, em troca de concessões sobre prazos e condições. As teses do professor Allan Meltzer, da Universidade Carnegie-Mellon, começam a conquistar alguns deles.

Em vez de refinanciamento da dívida, Meltzer

acha que os credores devem exigir ações das grandes empresas — estatais ou privadas — dos países devedores. Só assim, argumenta, o serviço da dívida pode ser reduzido ao mesmo tempo que se permite aos países devedores retomar o processo de desenvolvimento. Não há novidade na associação de capital externo com empresas estatais, diz Meltzer. A única novidade é que essa participação se tornaria um ativo negociável internacionalmente.

Os banqueiros europeus, que ouviram as opiniões de Meltzer durante um seminário em Londres no mês passado, mostraram inicialmente desagrado, dizendo que "os bancos existem para administrar dinheiro, e não empresas".

Mas, depois disso, o presidente do Banco da Inglaterra (o banco central inglês), Robin Leigh-Pemberton, também já afirmou que os bancos comerciais não terão condições de manter o nível de financiamento necessário aos países em desenvolvimento, e que estes, portanto, devem abrir suas portas ao capital de risco.

Também nos Estados Unidos um número maior de ouvidos está prestando atenção a Meltzer e, conforme um banqueiro disse terça-feira a este jornal, "o recebimento de ações de empresas por um banco credor não significaria necessariamente que o banco as conservaria, pois elas poderiam ser negociadas com outras empresas do ramo".

GAZETA MERCANTIL

• 3 NOV 1983